

A TRANSIÇÃO DO MODELO DE GESTÃO DA SAÚDE NOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS NO BRASIL: UMA NECESSIDADE DA ANÁLISE CONSTRUTIVISTA

Érica Lopes Rabelo

Resumo

A organização da saúde no Brasil possui caráter complexo, pois ao considerar que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para atender indistintamente a população, pode-se verificar que os recursos sejam eles financeiros ou humanos necessitam estar em consonância com as demandas que esse setor apresenta. Dessa forma, verificou-se a necessidade de trazer para esta discussão a mudança na forma de gestão dos hospitais universitários no Brasil em 2011 com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Nesse contexto, optou-se por discutir como a abordagem construtivista de Guba & Lincoln (1989) poderia ser adequada para a análise da circunstância proposta. A metodologia hermenêutica-dialética é a base para analisar o efeito das mudanças de gestão dos hospitais universitários sob a ótica do que os autores denominaram de partes interessadas. Isso porque os usuários do serviço de saúde, bem como discentes e docentes dos HUs são o público que poderão contribuir para a construção do entendimento acerca da gestão da saúde de forma construtivista. Além disso, discute-se acerca do viés político vinculado ao modo neoliberal da gestão da saúde pública.

Palavras-chave: Gestão da Saúde no Brasil. Hospitais Universitários. Abordagem Construtivista.

Abstract

The organization of health in Brazil has a complex character, because when considering that the Unified Health System (SUS) was created to serve the population indistinctly, it can be seen that the resources, whether financial or human, need to be in line with the demands that this sector presents. Thus, there was a need to bring to this discussion the change in the management of university hospitals in Brazil in 2011 with the creation of the Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). In this context, it was decided to discuss how the constructivist approach of Guba & Lincoln (1989) could be adequate for the analysis of the proposed circumstance. The hermeneutic-dialectic methodology is the basis for analyzing the effect of changes in the management of university hospitals from the perspective of what the authors called stakeholders. This is because users of the health service, as well as students and professors of the HUs are the public that can contribute to the construction of

understanding about health management in a constructivist way. In addition, it discusses the political bias linked to the neoliberal mode of public health management.

Keywords: Health Management in Brazil. University Hospitals. Constructivist Approach.

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública no Brasil, assim como em outros países, é permeada por diversas mudanças na sua forma de condução. Pode-se citar, por exemplo, que no Brasil, na década 1930, a oferta de serviços públicos de saúde estava restrita a determinada classe de trabalhadores. No decorrer deste artigo, propõe-se analisar a influência de certos grupos de interesse, o jogo político e, ainda, o impacto da corrente neoliberalista na área da saúde no Brasil. Dessa forma, optou-se por trazer para esta discussão a mudança na forma de gestão dos hospitais universitários no Brasil em 2011 com a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Tal política, ocorrida no final da gestão do governo Lula em 2010, revela nuances que merecem ser analisadas. Além disso, o usuário do serviço de saúde, que necessariamente precisa avaliar se determinada política implementada é benéfica ou não, muitas vezes, não recebe a atenção devida, figurando apenas como mero passivo na condução da política pública de saúde.

Sabe-se que a organização da saúde possui caráter complexo, pois ao considerar que o Sistema Único de Saúde (SUS) foi criado para atender indistintamente a população brasileira, além de abranger as mais diversas complexidades, desde a primária até a alta complexidade, pode-se verificar que os recursos sejam eles financeiros ou humanos necessitam estar em consonância com as demandas que esse setor apresenta. Ao considerar que os hospitais universitários são espaços para desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, considera-se adequado também incluir no rol de interessados para a análise da mudança de gestão os discentes e docentes que estão atuando nesse ambiente.

Desse modo, a fim de que as partes interessadas diretamente afetadas nesse contexto entre a gestão dos hospitais universitários pela própria universidade e o presente momento em que passaram a ser administrados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), optou-se por discutir se a abordagem construtivista de Guba & Lincoln (1989) poderia ser adequada para a análise da circunstância proposta. Além disso, pretende-se discutir acerca do viés político vinculado ao modo neoliberal da gestão da saúde pública.

Em linhas gerais, o Banco Mundial exerceu certa influência nas políticas públicas de saúde, em especial na década de 1990. No sentido de contextualizar as razões que permeiam a proximidade da iniciativa privada na saúde pública brasileira, pode-se verificar que,

conforme Rizzotto (2012), o volume de recursos financeiros empregados na saúde levanta interesse do sistema capitalista. Conforme a autora, “segundo a Organização Mundial da Saúde, em 1990, 8% do Produto Interno Bruto (PIB) mundial eram gastos nesse setor; em 2007 o valor mobilizado já era de 9,7% do PIB, e com tendência a crescimento.”

No contexto da intervenção estatal na organização da saúde brasileira, em 2011, por meio da Lei nº 12.550, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) foi criada com o objetivo de cumprir as determinações do Tribunal de Contas da União, assim como as diretrizes do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf). Em relação à personalidade jurídica da EBSERH, trata-se de uma empresa pública federal de personalidade jurídica privada. Ao passo que as universidades federais que anteriormente administravam os hospitais universitários são autarquias federais de direito público. Portanto, observa-se que a transferência da condução do setor público para o setor privado inicia o seu delineamento na personalidade jurídica do ente que administra a saúde pública.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 METODOLOGIA

De início, convém esclarecer que a metodologia para realizar algo deriva da palavra método, que em latim “methodus” significa o “caminho ou a via para realizar algo”. (LAKATOS e MARCONI, 2007). Quanto a sua natureza, verifica-se que por ser voltada para o avanço da ciência por meio de novos conhecimentos, sem aplicação prática, trata-se de uma pesquisa básica. (SILVA, 2005).

Ao analisar os objetivos constata-se que este trabalho se aproxima de uma pesquisa descritiva, pois busca estudar as características de um grupo, e, como aponta Gil (2002), esse tipo de pesquisa é utilizado para, por exemplo, estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos.

No que se refere ao material utilizado e aos procedimentos teóricos, esta pesquisa utilizou conteúdo que já foi publicado, como livros, documentos da instituição e artigos científicos. Dessa forma, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, apesar de Gil (2002) informar que a maioria dos estudos exploratórios são conduzidos por essa pesquisa. A coleta de dados secundários, no que diz respeito à abordagem construtivista, baseou-se na sua grande maioria nos estudos de Guba e Lincoln (1989), além de artigos acadêmicos acerca do tema.

Os dados são denominados de secundários, pois indicam que estão registrados em documentos e que não foram gerados especificamente para esse trabalho em particular.

(PRODANOV e FREITAS, 2013). Quanto à abordagem construtivista, o qual os autores Guba e Lincoln chamaram de Avaliação de Quarta Geração, pode-se inferir que ela supera os óbices dos paradigmas positivistas, porque a centralidade da pesquisa deixa de ser no avaliador e passa a valorizar o ponto de vista e percepções dos grupos de interesses. (SILVA, 2020)

No que se refere à forma de abordagem do problema, trata-se do tipo qualitativa, pois não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos. Os dados são analisados pelos pesquisadores de forma indutiva e o processo e seu significado são os alvos dessa abordagem. (PRODANOV e FREITAS, 2013).

Em relação ao método científico, menciona-se que na abordagem construtivista o método hermenêutico-dialético apresenta-se como a interpretação de que o dialético há a comparação e contraste de diferentes pontos de vista e a hermenêutica considera o caráter interpretativo dos conceitos, ou seja, não é um processo rígido como os paradigmas tradicionais consideravam que era preciso existir para se obter uma pesquisa fidedigna e imparcial.

Com a finalidade de entender melhor cada termo desses conceitos, recorre-se ao que Prodanov e Freitas (2013, p. 35) explicam a esse respeito:

Assim, como a dialética privilegia as mudanças qualitativas, opõe-se naturalmente a qualquer modo de pensar em que a ordem quantitativa se torne norma. Desse modo, as pesquisas fundamentadas no método dialético distinguem-se claramente das pesquisas desenvolvidas segundo a visão positivista, que enfatiza os procedimentos quantitativos.

Ainda segundo os autores, corrobora-se com uma das principais críticas aos enfoques anteriores aos pluralistas (Tinoco *et. al.*, 2011), no sentido de que a hermenêutica reconhece a visão parcial do observador. E isso é importante para que haja a interpretação dos fenômenos e a ciência de que os principais interessados no programa ou política precisam ser ouvidos.

2.2 CONTEXTUALIZAÇÃO DA MUDANÇA DE GESTÃO E A ABORDAGEM NEOLIBERAL

O acórdão 1520/2006 do TCU trata da contratação irregular de terceirizados para atuar nos hospitais universitários, que fazem parte da Administração Direta. Nessa época, existia a proibição da terceirização da atividade-fim da Administração Pública, pois a Lei 13.429 que permite a terceirização ampla e irrestrita somente foi aprovada em 2017.

A EBSEH foi criada com o objetivo de resolver as contratações irregulares de profissionais que trabalhavam na atividade-fim das instituições públicas de saúde. (PINHEIRO e BORGES, 2019). Ainda de acordo com as autoras, antes da criação da EBSEH houve uma articulação entre o Ministério da Educação (MEC) e o Banco Mundial para a realização de um relatório acerca da situação dos Hospitais Universitários Federais. No relatório apresentado pelo banco, houve as seguintes constatações:

[...] as instituições realizam procedimentos de altos custos, alta complexidade e tecnologia voltados para a medicina curativa; possuem uma má gestão, apresentam déficit nos recursos humanos somado a um contrato rígido de trabalho (Regime Jurídico Único); deterioração dos equipamentos e de todo campo tecnológico e da infraestrutura (PINHEIRO e BORGES, 2019, p. 454)

Esse relatório foi base para que o BM propusesse a criação do REHUF, que é um programa destinado à reestruturação e revitalização dos hospitais das universidades federais, integrados ao Sistema Único de Saúde (SUS) (art. 1º do Decreto nº 7.082/2010).

A proposta de criação de uma empresa para organizar a gestão dos HUs se deu primeiramente por medida provisória no governo Lula em 2010. Depois das críticas de vários grupos contrários ao modelo de empresa proposto, como a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior - ANDES e a FASUBRA, a MP foi rediscutida como projeto de lei. (CISLAGHI, 2011).

Em 15 de dezembro de 2011, o Congresso Nacional autorizou a transformação do PL 1749 na Lei 12.550. A administração dos HUs não se dá de forma automática pela EBSEH, a adesão se dá por meio do Contrato de Gestão Especial Gratuita, que é um instrumento o qual são estabelecidas as obrigações, metas e avaliação, entre outros.

Tendo em vista o contexto político ao qual conduziu um movimento até a criação dessa empresa pública, reflete-se acerca da transferência administrativa do setor público para o privado. De acordo com Bourdieu (1998), o neoliberalismo possui a capacidade de se armar com teorias e que assumem uma abordagem científica para atingir seus objetivos.

Esse contexto remete ao que os autores Dardot *et al* (2021) afirmam a respeito das táticas neoliberais, no sentido de serem revestidas de várias estratégias para que os interesses econômicos prevaleçam em detrimento aos direitos sociais.

Derlien (2004), ao analisar a mudança de perspectiva das avaliações de políticas públicas, ressalta que a crise econômica da década de 1970 forçou países então de economias fortes, como Grã-Bretanha, Canadá e Noruega, Holanda a mudarem seu

planejamento para uma perspectiva gerencialista¹. Ao invés de criar e melhorar os programas existentes, a ordem era diminuir programas ineficazes para que o orçamento pudesse ser mais eficiente.

Segundo Rizzotto e Campos (2016), a desconfiguração do Sistema Único de Saúde mostrou-se evidente nas décadas de 1980 e 1990 e continuam até meados dos anos 2013 com o documento indicando uma avaliação objetiva e neutra, além da informação de que o BM deveria recomendar ao Brasil práticas com base em outros países com experiências em reformas similares, ou seja, que se aproxima do mercado.

Ainda de acordo com Rizzotto (2012), a autora esclarece que a crise do Estado protetor na década de 1980 e as necessidades de financiamento que o setor de saúde apresentavam, contribuíram para que esse setor fosse alvo de financiamentos do Banco Mundial. A autora reconhece que esse tipo de política tinha como objetivos: uma vez que os projetos de saúde recebiam financiamentos, assim o BM poderia interferir nas políticas desse setor.

Então, verifica-se que existem fundamentos para analisar a influência neoliberal de um serviço público essencial para a população, mas que por interesses econômicos distancia-se do seu papel social. Nesse viés, observou-se a influência que o BM e as práticas neoliberais, especificamente àquelas ligadas ao gerencialismo, exerceram sobre a gestão da saúde no Brasil. Isso tornou-se mais evidente no período da proposta de criação da EBSERH.

Tal constatação pode demonstrar a interferência de uma empresa de direito privado para administrar o serviço de saúde público dos HUs.

2.3 DESDOBRAMENTOS CONTRA E A FAVOR DA CRIAÇÃO DA EBSERH

O Decreto nº 7.661 que aprova o Estatuto Social da EBSERH estabelece no art. 1º que a empresa tem personalidade jurídica de direito privado. Já o art. 5º dispõe que o ela se sujeitará ao regime jurídico próprio das empresas privadas. Nesse viés, em sua dissertação, Oliveira (2014) esclarece que a criação da empresa se aproxima da lógica gerencial e se afasta dos princípios constitucionais que norteiam o SUS.

Ao passo que de acordo com Abbade (2022), ao analisar dados mensais referente à produção de 16 HUs, chegou-se à conclusão de que houve ganhos de eficiência e performance e isso significa potencial aprimoramento para a saúde pública do país.

¹ O planejamento e avaliação de políticas que antes da crise da década de 70 eram centrados na implementação de programas, passaram a adotar mecanismos de redução de custos por meio da redução de programas ineficazes. O gerencialismo ou Nova Gestão Pública tem como objetivo de reduzir custos e prezar pela eficiência e práticas do setor privado. Ver: <https://www.revistaespacios.com/a17v38n07/17380706.html>

De acordo com o Relatório de Auditoria Operacional do TCU em 2015, a EBSEH Sede tem envidado esforços para promover a melhoria da sua gestão com os HUs filiados. Para isso, tem implementado o Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU) para a promoção de boas práticas. Além disso, é possível destacar no relatório que:

[...] o modelo de gestão da Ebserh está sendo difundido para seguir na linha de gestão por processos baseada em boas práticas, incluindo as elaboradas nos projetos do hospital Sírio-Libanês e em outros projetos, tais como: projeto Columbus, Catalunha, modelo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (incorporado no AGHU) e o caderno de processos e práticas dos HUF (TCU, 2015, p. 37).

Apesar disso, existem autores com argumentos contrários à gestão da empresa no que diz respeito à sua constituição e ao modo como ela foi implementada para administrar os HUs. Soares (2021) afirma que em muitas das filiais da rede existem leitos inativos, e que estando fora do controle social do SUS, a gestão democrática desse sistema fica fragilizada. Além disso, o autor conclui que a empresa EBSEH sendo de direito privado possui finalidade lucrativa com propósito de criar cargos comissionados, aumentando os gastos, e, ainda, transformar os HUs em meros hospitais assistenciais com o objetivo de atender interesses econômicos e não os da sociedade.

Maciel (2021) a partir do estudo acerca da mudança organizacional da EBSEH na UFC discorre que na construção do PDE houve a gestão participativa que envolveu os usuários do serviço. Por outro lado, a autora destaca que a multiplicidade de vínculos empregatícios, como celetistas, estatutários e terceirizados poderia gerar conflitos. A autora também menciona o repúdio do sindicato da UFC que questionava a autonomia universitária ao ser gerenciada por uma empresa de personalidade jurídica privada.

De acordo com os pontos apresentados, verifica-se que a depender da ótica de análise, podem-se constatar ganhos ou não com a mudança de gestão. Sob o aspecto temporal, trata-se de uma mudança recente, por isso alguns contextos ainda não podem ser avaliados e mensurados. Portanto, pretende-se utilizar outros meios para aferir o efeito dessa transição. Para isso, iremos abordar a perspectiva construtivista de avaliação de políticas públicas.

2.4 A PROPOSTA DA PERSPECTIVA AVALIATIVA DA ABORDAGEM CONSTRUTIVISTA NA GESTÃO DA SAÚDE PÚBLICA

Ao longo do percurso que o avaliador precisa atravessar para que a sua pesquisa obtenha resultados satisfatórios, é necessário que alguns fatores possam ser considerados. Em um primeiro momento, pode-se verificar que, conforme os autores Worthen, Sandes e

Fitzpatrick (2004) existe uma proliferação de modelos de avaliação e isso torna difícil para o pesquisador escolher qual o melhor para o atingimento dos seus objetivos.

Nesse sentido, os autores concluem que a diversidade de abordagens de avaliação surge em decorrência das diferentes visões dos seus proponentes e não porque existem diferentes naturezas avaliativas.

Para além das diferentes avaliações, como podemos entender o que seria política pública para o melhor desencadeamento das ideias desta pesquisa? De acordo com Souza (2013), nos Estados democráticos as políticas públicas podem ser definidas como o Estado em ação, mas não somente isso, pois o mercado também exerce influência nas decisões sobre as políticas públicas. Segundo a autora, de um modo geral, há a interrelação entre economia, sociedade e política dos quais a política pública depende. Em linhas gerais, concluir a autora: é um campo holístico, pois comporta vários “olhares”.

E, ainda, complementando os dados acima, o que podemos dizer sobre o conceito de avaliação? Nas palavras de Silva (2008), etimologicamente, esse termo significa: “atribuir valor, esforço de apreciar efeitos reais, determinando o que é bom, ruim, positivo ou negativo”. Em suma, “trata-se, necessariamente, de um julgamento valorativo”.

Então, partindo dos conceitos apresentados, pode-se observar que a avaliação de políticas públicas estaria relacionada ao juízo de valor da ação do Estado. Porém, não somente esse pressuposto deve guiar as ações do pesquisador, por isso as considerações a seguir são importantes.

Ao deparar-se com um objeto de estudo o qual pretende-se extrair dados para avaliar se determinada política pública é benéfica, é necessário cautela e um aprofundamento das diferentes metodologias e abordagens avaliativas. Para os autores Worthen, Sandes e Fitzpatrick (2004), o paradigma é um termo filosófico para especificar a visão de mundo que diferentes pessoas ou grupos possam ter. Guba e Lincoln (1989) dividem esses paradigmas em naturalista ou construtivista e o positivista ou convencional.

Outros autores também têm utilizado outros termos para designar os paradigmas. Porém, para fins didáticos, optou-se por utilizar a forma abordada pela literatura sob o aspecto positivista e construtivista. Diante disso, serão analisadas as principais diferenças entre eles.

De acordo com Tinoco *et. al.* (2011), o positivismo apresenta a característica de possuir leis tendenciosamente imutáveis, ou seja, que são fechadas em si mesmas e como consequência isso resulta na separação entre o sujeito e o objeto. Por outro lado, os autores dispõem que o construtivismo apresenta uma realidade subjetiva que seria desenhada a partir da visão de mundo dos indivíduos que a observam. Dessa forma, o objeto não estaria separado do sujeito e o mundo social seria repleto de interpretações.

Os autores Guba e Lincoln (1989) apresentam um quadro comparativo entre o que eles denominaram de crenças convencionais e crenças construtivistas. As primeiras apoiam-se na ontologia realista na qual se apoia em uma única realidade, a epistemologia é objetivista dualista na qual o pesquisador externo ao objeto de estudo, e a metodologia intervencionista, quer dizer deixar o contexto de estudo isento de qualquer intervenção interferência para que a investigação possa mostrar a verdade.

No que diz respeito às crenças construtivistas, os autores informam que elas se apoiam na ontologia relativista na qual existem diversas realidades socialmente construídas. A epistemologia é subjetivista monista, pois sustenta o entrelaçamento entre investigador e investigado. E por fim, a metodologia hermenêutica e dialética, pressupõe a interrelação, comparação, contraste e interpretação entre todos os participantes, entrevistadores e entrevistados sobre o objeto de estudo.

No que se refere à metodologia da avaliação de quarta geração, os autores propõem que o avaliador, para obter êxito na avaliação de quarta geração, deve seguir doze passos, os quais são descritos a seguir: (1) Formalizar contrato com o cliente ou o patrocinador que encomendou a avaliação; (2) Organizar a avaliação; (3) Identificar os grupos de interesse ou interessados (stakeholders); (4) Gerar uma construção conjunta (colaborativa, compartilhada) dentro do grupo de interesse por meio do processo do círculo hermenêutico dialético, enfatizando especificamente as reivindicações, preocupações e questões do grupo de interesse (RPQs)²; (5) Testar e ampliar as construções internas do grupo, introduzindo informações novas ou complementares e possibilitando que os membros do grupo alcancem níveis de esclarecimento superiores ao lidar com essas informações; (6) Separar as RPQs resolvidas – aquelas nas quais se obteve consenso; (7) Priorizar as RPQs ainda não resolvidas; (8) Coletar informações relacionadas às RPQs não resolvidas; (9) Preparar uma agenda de negociação; (10) Conduzir a negociação; (11) Utilizar estudo de caso como relato; (12) Reciclar.

É importante esclarecer que esses passos não precisam seguir a ordem proposta, ou seja, trata-se de um fluxo adaptável às necessidades do avaliador. E, também, deduz-se que as particularidades dos grupos que serão entrevistados devem ser levando em consideração na organização da pesquisa.

Em suma, alguns dos objetivos fundamentais que os autores dialogam para que sejam alcançados são: considerar as reivindicações, preocupações e questões dos grupos de

² Reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse, segundo Guba e Lincoln (1989)

interesse e permitir mudar a metodologia convencional por ela não abranger a identificação dos grupos de interesse e nem considerar as reivindicações, preocupações e questões.

Salienta-se também que as avaliações anteriores consideravam as recomendações interesses de quem encomendava a pesquisa e por isso é relevante nessa nova perspectiva de avaliação ter essa prática tradicional em mente, pois dessa forma, torna-se mais claro para o pesquisador a interferência de vieses no início do seu trabalho.

Tendo em vista os conceitos apresentados, retorna-se ao contexto inicial de uma metodologia apropriada para avaliar as políticas públicas de saúde no contexto das mudanças ocorridas durante a passagem de uma gestão pública dos hospitais universitários para a administração privada. Ao entender que essa avaliação deverá envolver os usuários que dependem do serviço, bem como os discentes e docentes diretamente afetados pela troca de gestão, conclui-se que o paradigma construtivista demonstra ser o mais apropriado para tal tarefa.

De forma mais abrangente, pode-se partir dos estudos realizados por Guba e Lincoln (1989) para corroborar a utilização da metodologia proposta para a avaliação no campo da saúde. Segundo os autores, no construtivismo, o papel do investigador é considerar as construções mentais que os diferentes atores, ou partes interessadas, possuem sobre o que está sendo discutido.

Ainda segundo os autores o encadeamento da construção de pensamentos é realizado através do processo hermenêutico-dialético. O primeiro termo está relacionado à interpretação, ao passo que o segundo diz respeito a comparação e contraposição dos pontos de vista divergentes dos entrevistados. O objetivo final é obter um consenso e quando isso não for possível, o resultado recai sobre o esclarecimento sobre os diversos pontos de vista.

E, ainda, os autores detalham como aplicar esse processo metodológico na prática através do que eles chamaram de círculo hermenêutico-dialético. Esse modo de aplicar a investigação construtivista é feito através de perguntas aos respondentes ou participantes da entrevista. A partir dos dados gerados pelo primeiro respondente, são analisadas suas questões, preocupações e valores para gerar o que os autores denominam de construção. Posteriormente, é indagado ao primeiro respondente sobre a indicação de um segundo respondente que poderia auxiliar na pesquisa. Esse movimento entre respondente e construção irá ocorrer até que as informações sejam redundantes ou que haja algum ponto de conflito entre as construções.

Nesse tipo de coleta de dados, verifica-se que há uma complexidade de informações com as quais o pesquisador deve considerar. Ademais, por se tratar do conhecimento tácito

dos respondentes, os autores sugerem ter cautela ao confrontá-lo com as informações científicas.

Por fim, diante dos pontos apresentados, observa-se que essa metodologia é indubitavelmente mais complexa que a convencional (apoiada nos pressupostos positivistas). Porém, o paradigma construtivista permite maior flexibilidade no processo investigativo, além de conceder ao pesquisador uma amplitude de interação com o objeto de estudo.

Então, verifica-se que esse processo permitiria obter uma proximidade sobre as diversas opiniões dos usuários que dependem dos serviços de saúde dos hospitais universitários. Disso observa-se que os usuários que fazem parte do grupo de interesse seriam ouvidos e isso geraria a construção de um raciocínio sobre o que os autores denominaram de reivindicações, preocupações e questões das partes interessadas.

3 CONCLUSÃO (OU CONSIDERAÇÕES FINAIS)

Os resultados apresentados por esta pesquisa demonstram, a partir dos estudos teóricos-conceituais, que os preceitos metodológicos do construtivismo são adequados para avaliar a mudança de gestão ocorrida nos HUs a partir de 2011. Segundo os autores Guba e Lincoln (1989), a metodologia convencional ou positivista não contempla e não possui a capacidade para abranger as reivindicações, preocupações e questões dos grupos de interesse. Isso porque ainda segundo os autores, o positivismo apoia-se na ontologia realista na qual se apoia em uma única realidade, a epistemologia é objetivista dualista na qual o pesquisador externo ao objeto de estudo. Além disso, é possível verificar a influência do setor privado na gestão da saúde pública no Brasil através das práticas neoliberais, sobretudo na influência e recomendações dos relatórios do Banco Mundial. Para além das informações teóricas e conceituais deste artigo, verifica-se a necessidade do aporte metodológico e prático para que haja a complementação dos resultados alcançados.

REFERÊNCIAS

ABBADE, E. B. O impacto da gestão EBSEH na produção dos hospitais universitários do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, p. 999-1013, 2022. DOI: <<https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.44562020>>. Disponível em: Acesso em: 13 fev. 2023

ALMEIDA, Ítalo D'Artagnan. Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico] / Ítalo D'Artagnan Almeida. – Recife: Ed. UFPE, 2021.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998. 151p.

BRASIL, EBSEERH. Sobre os Hospitais Universitários Federais.
<<https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/sobre-os-hospitais-universitarios-fede-rais#:~:text=A%20rede%20de%20hospitais%20universit%C3%A1rios,vinculados%20a%203>>. Acesso em 07 fev. 2023

BRASIL, Ministério da Educação. Apresentação – EBSEERH. Disponível em:
<[http://portal.mec.gov.br/ebserh--empresa-brasileira-de-servicos-hospitala-res#:~:text=A%20Empresa%20Brasileira%20de%20Servi%C3%A7os,apoio%20diagn%C3%](http://portal.mec.gov.br/ebserh--empresa-brasileira-de-servicos-hospitala-res#:~:text=A%20Empresa%20Brasileira%20de%20Servi%C3%A7os,apoio%20diagn%C3%>)>. Acesso em: 06 fev. 2023

BRASIL, Tribunal de Contas da União/Processo nº TC 032.519/2014-1, 2015. Disponível em:<https://portal.tcu.gov.br/data/files/5F/14/53/92/52B31510ED8753152A2818A8/032.519%20E%20mpresa%20Servi_os%20Hospitalares%20comp.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2023

BRASIL. Decreto-Lei no 7.082, de 27 de janeiro de 2010. Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais –REHUF, dispõe sobre o financiamento compartilhado dos Hospitais Universitários Federais entre as áreas da educação e da saúde e disciplina o regime de pactuação global com esses hospitais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7082.htm>. Acesso em: 11 fev. 2023

CISLAGHI, J.F. *Hospitais Universitários Federais e Novos Modelos de Gestão: faces da contrarreforma do Estado no Brasil. Saúde na atualidade: por um sistema único de saúde estatal, universal, gratuito e de qualidade / Organizadoras, Maria Inês Souza Bravo, Juliana Souza Bravo de Menezes. – 1. ed. – Rio de Janeiro: UERJ, Rede Sirius, 2011. 76 p.* Disponível em:<https://www.adufrj.org.br/wp-content/uploads/2013/03/Revista_cadernos_de_Saude_PAGINA.pdf> Acesso em:11 fev. 2023

DARDOT, Pierre. et al.. *A escolha da guerra civil: Uma outra história do Neoliberalismo*. São Paulo: Elefante, 2021

DERLIEN, Hans-Ulrich.. *Una comparación internacional de la evaluación de las políticas públicas*. *Revista do Serviço Público*, [S. l.], v. 52, n. 1, p. p. 105-123, 2001. DOI: 10.21874/rsp.v52i1.302. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/302>. Acesso em: 09 jun. 2023.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GUBA, Egon G.; LINCOLN, Yvonna S. *Avaliação de quarta geração/tradução* Beth Honorato. -Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. *Fundamentos de metodologia científica*. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade; *Metodologia do trabalho científico procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MACIEL, Carine de Lavor Martins. Mudança organizacional no complexo hospitalar da UFC: uma análise a partir da implantação da EBSEH. 2021. 77 f. Monografia (Graduação em Administração) - Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

OLIVEIRA, Gabriela de Abreu. A compatibilidade dos princípios e modelode Estado que subjazem ao SUS e a EBSEH (Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares). (Dissertação). Mestrado em Ciências Sociais. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rebap/article/view/22413/14375>. Acesso em: 13 de fev. de 2023

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerencial. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril 1996. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, Brasília, maio de 1996. <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>. Acesso em: 09 fev. 2023

PINHEIRO, Karina de Farias; BORGES, Ângela Maria Carvalho. Os efeitos da EBSEH na Gestão dos Recursos Humanos dos Hospitais Universitários Federais. Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades. Salvador, n. 247, mai./ago., p. 452-477, 2019. DOI: <https://cadernosdoceas.ucsal.br/index.php/cadernosdoceas/article/view/584>. Acesso em: 11 fev. 2023

PRODANOV, Cleber Cristiano. FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnica da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013

Rehuf - Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais. Relatório de Execução 2019 e 2020. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programa-rehuf/relatorio-de-execucao-2019-2020_compressed-1.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2023

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. O Banco Mundial e o Sistema Único de Saúde brasileiro no início do século XXI. Saúde Soc. São Paulo, v.25, n.2, p.263-276, 2016. DOI 10.1590/S0104-12902016150960. Acesso em 31 maio 2023.

RIZZOTTO, Maria Lucia Frizon. Capitalismo e saúde no Brasil nos anos 90: as propostas do Banco Mundial e o desmonte do SUS. São Paulo: Hucitec, 2012.

SILVA, Edna Lúcia da. MENEZES, Estera Muszkat Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. – 4. ed. rev. atual. – Florianópolis: UFSC, 2005. 138p.

SILVA, João Paulo Fiúza da. BORGES, Renata Simões Guimarães e. Avaliação de quarta geração: uma análise das potencialidades e limitações baseada na experiência de avaliação do Programa Água para Todos. RP3 - Revista de Pesquisa em Políticas Públicas, [S. l.], n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/28349>. Acesso em: 12 jul. 2023.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. Avaliação de Políticas e Programas Sociais: uma reflexão sobre o conteúdo teórico-metodológico da pesquisa avaliativa. Pesquisa Avaliativa: aspectos teórico-metodológicos. São Paulo: Veras, 2008. p. 89-178.

SOARES, Wladimir Tadeu Baptista. Direito Crítico em Defesa da Constituição Cidadã de 1988 e do Estado Democrático e Social de Direito e de Direitos: Comentários à PEC 32/2020 (Reforma Administrativa). Wladimir Tadeu Baptista Soares. Editora Dialética, 2021, 308 páginas.

SOUZA, Celina (2006), "Políticas Públicas: uma revisão da literatura" *Sociologias*, 16, pp. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em 10 jun. 2023.

SOUZA, Celina. Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas. p. 65-86. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Orgs.). Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, Lincoln Moraes de. Três ensaios sobre Avaliação de Políticas Públicas. 1. ed. Natal - RN: EDUFRN, 2014. v. v 1. 204p.

TINOCO, Dinah dos Santos et. al. Avaliação de políticas públicas: modelos tradicional e pluralista. Revista de Políticas Públicas, São Luís, v.15, n.2, p. 305-313, jul./dez. 2011

Tribunal de Contas da União - TCU. Acórdão 1520/2006 - Plenário
<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/KEY%253AACORDAO-COMPLETO-34251/DTRELEVANCIA%2520desc/0/sinonimos%253Dfalse>. Acesso em: 10 fev. 2023

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. Avaliação de Programas: concepções e práticas. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gente: 2004.